

Margarida Calafate Ribeiro

UMA HISTÓRIA DE REGRESSOS
Império, Guerra Colonial
e Pós-Colonialismo

Edições Afrontamento

Autor: Margarida Calafate Ribeiro

Título: Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo

© 2004, Margarida Calafate Ribeiro e Edições Afrontamento

Imagem da capa: Bartolomeu Cid dos Santos, «*Parts of Africa*», 1970.

Edição: Edições Afrontamento/Rua de Costa Cabral, 859/4200-225 Porto

Colecção: Saber Imaginar o Social / 19

N.º de edição: 903

ISBN: 972-36-0710-7

Depósito legal: 208976/04

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira
Maio de 2004

ÍNDICE

Agradecimentos	9
Introdução	11

I

Onde a Terra se Acaba e o Mar Começa: Imagens de Centro e Imagens de Periferia

1. Portugal, a Europa e o Centro	21
2. Portugal, o Império e o Centro	27
3. Portugal e a Imagem de Centro – O Discurso-Imagem de Identidade	31
4. Imagens de Portugal Imaginando o Centro	40
5. Imagens de Periferia	49

II

Identidade, Imagem e Império Africano no Imaginário Político-Literário dos Séculos XIX-XX

1. Entre o Brasil e África: Portugal Esvaziado	55
2. «Brasil e Portugal»: Que Rota Para África?	60
3. Imagens de África	68
4. O Mapa Cor-de-Rosa ou o «Império como Imaginação do Centro»	72
5. A Miragem Brasileira em África ou a Impossibilidade do Mapa Cor-de-Rosa	78
6. Entre a Realidade e a Fuga	100
7. O Estado Novo ou as Novas Rotas do «Império como Imaginação do Centro»	118
8. O «Novo Encoberto»: Lusotropicalismo ou o Império como Imaginação do Centro	152

III

Epitáfio para os Impérios: do Lenho e dos Barcos Naufragados

1. De «Aviso à Navegação» a «Poesia 61»	167
2. O Tempo dos Barcos	174

3. Do Lado de Cá do Mar – das Margens que Questionam o Centro	179
4. Do Lado de Lá do Mar: Inventar África para Imaginar o Centro	188
5. Em Trânsito: Outros Olhares das Margens	192
6. Do Lado de Lá do Mar: As Notícias do Bloqueio Africano	204
7. Tantas Margens	230
8. O que Restou do Mar	234

IV

Leituras

1. «Os Cus de Judas», de António Lobo Antunes: Dos «Tristes Trópicos» à «Feira Cabisbaixa»	259
2. Das Fronteiras em João de Melo: Uma Leitura de «Autópsia de um Mar de Ruínas»	295
3. «Jornada de África», de Manuel Alegre – a Nostalgia do Centro	336
4. As Mulheres e a Guerra Colonial: Uma leitura de «A Costa dos Murmúrios», de Lídia Jorge	363

V

Conclusão

.....	423
-------	-----

VI

Bibliografia

1. Bibliografia dos Autores	431
2. Estudos Críticos e Entrevistas	438
3. Bibliografia Geral	452

INTRODUÇÃO

Em estudos sobre a sociedade portuguesa no sistema mundial e a integração de Portugal na Comunidade Europeia, Boaventura de Sousa Santos considera o Estado português como o grande gestor das dimensões política, económica e simbólica que compõem o processo de adesão do país à Comunidade Europeia. De acordo com o sociólogo, a «harmonização política e económica» exigida e desejada pela integração de Portugal trouxe uma «melhoria das condições gerais de acumulação», produzindo, na generalidade, um sentimento nacional de progresso e desenvolvimento. Este sentimento, que o Estado geriu e cultivou, permitiu aos portugueses imaginarem-se como europeus, alimentando assim e tornando fundamental a dimensão simbólica da autonomia do Estado no processo de integração. Segundo o sociólogo, é «através desta dimensão muito complexa que o Estado regula, sobretudo com discursos e actos simbólicos, a dialéctica da distância e da proximidade, da diferença e da identidade, entre Portugal e a Europa» (Santos, 1993: 51). Por outras palavras, através desta dimensão simbólica, o Estado ilude discretamente uma outra verdade que, por detrás do movimento de converter Portugal num país europeu, se ocultava – a distância a que Portugal estava da Europa, que nos habituámos a designar como central –, ao enfatizar a posição privilegiada de Portugal, em relação aos países africanos de língua portuguesa no contexto europeu. Através desta «regulação» criou-se «um universo imaginário onde Portugal se transforma num país europeu igual aos outros, sendo o seu menor grau de desenvolvimento considerado simples característica transitória que cabe ao Estado gerir» (Santos, 1993: 51). Esta construção simbólica que, na opinião de Sousa Santos, presidiu à actuação política do Estado no contexto da integração europeia, é designada pelo sociólogo como «o Estado-como-imaginação-do-centro». A «imaginação do centro» é portanto «a concepção de Portugal como um país europeu no mesmo pé que os demais» (Santos, 1996: 136).

Tendo em mente os conceitos do sociólogo, a aplicabilidade dos mesmos ao campo cultural, como mostrou Maria Irene Ramalho¹, e reflectindo sobre a história

¹ Maria Irene Ramalho Sousa Santos será referida ao longo deste trabalho como Maria Irene Ramalho e, nas referências bibliográficas, como Ramalho. Refiro-me aos estudos da ensaísta sobre a

recente de Portugal, rapidamente verificamos que esta dimensão simbólica da política portuguesa que conduz à elaboração de uma imagem de Portugal como centro se realizava através do império, ou melhor, de Portugal como nação imperial, que, tal como hoje, encobria uma segunda imagem portuguesa ligada à sua realidade vivencial de periferia que «imagina o centro», participando dele simbolicamente. Essa imagem de centralidade de Portugal dada pelo império tem origem no período inicial das viagens dos Descobrimentos, surgindo portanto como uma imagem-consequência da aventura, de que *Os Lusíadas* são o espelho textual e que, no imaginário imperial português, se expande e transfere do Índico para o Atlântico e para as visões do Quinto Império do Padre António Vieira. Porém, no contexto dos imperialismos do século XIX e ao longo do século XX, Portugal não estava no centro dos movimentos europeus, como hoje não o está no contexto da Comunidade Europeia, mas, através dessa dimensão simbólica, pôde/pode «imaginar-se centro». Com o isolamento a que o Estado Novo foi sucessivamente conduzindo o país, sobretudo a partir do início da Guerra Colonial em Angola, em 1961, a «imaginação do centro» toma os contornos abstractos e esquizofrénicos de um espaço em que Portugal é, simultaneamente, o centro e o único membro do centro que em torno de si construiu, defendido das «conspirações estrangeiras». Esta imagem de Narciso ao espelho reflecte, como reza o mito, a sua própria imagem e a única por si amada, mas ela não vai conseguir ocultar o «deslocamento» deste centro para a periferia imperial, onde estavam a acontecer os movimentos que determinariam o futuro da metrópole, o país «onde nada acontece», nas palavras de O'Neill, ou «à espera», como o viu Jorge de Sena, em 1972, em «L'Eté au Portugal». Como notou David Robertson a partir do início da Guerra Colonial, «África torna-se um espelho que reflecte a face silenciosa e sem disfarce de Portugal» (1990: 156)², e nesta central periferia imperial, passe o paradoxo, muitos portugueses descobriram o esvaziamento do tradicional centro, ou seja, do espaço metropolitano; também em África outros imaginaram um centro que teria nesta guerra a pedra angular da resistência do «bastião branco» na África Austral, protegida pelos chamados valores do Ocidente cristão face ao avanço dos «novos infiéis», construindo um centro a partir desta base teórica portuguesa, mas também europeia. Esta complexa mobilidade do centro no tecido então definido como o mundo português não era nova. Basta pensarmos no império da Índia, no deslocamento do centro para a periferia imperial que Fernão Álvares do Oriente faz em *Lusitânia Transformada*, ou na situação de

poesia de Fernando Pessoa e especificamente à definição dos contornos poéticos do conceito de semi-periferia ao designar Pessoa como o «inventor da semiperiferia». De acordo com a ensaísta, na filosofia expressa na sua poesia encontra-se um Portugal a que, «por origem na audácia da viagem e incompletude na *mission civilisatrice*, caberá ser simultaneamente centro e orla, o “nada” do império desfeito e o “seu todo” na possibilidade de o reimaginar, poesia, na *Mensagem*». Cf. Ramalho, 1993: 91-128.

² Tradução da autora. Todas as traduções são da autora.

Portugal em relação ao Brasil, no período em que a corte de D. João VI se transfere para o Rio de Janeiro e a cidade se converte em capital do Império, ou, numa outra dimensão, na proposta do Quinto Império do Padre António Vieira. Mas esta mobilidade do centro, na sua essência reveladora da fragilidade de Portugal, apresentava-se no século XX em diferentes moldes. Ocultada por detrás de um discurso desproporcionadamente retórico em relação à realidade e de pretensa fundamentação histórica, a vulnerabilidade de Portugal, enquanto centro do seu próprio império, transformava-se agora numa singularidade única que só se cumpria no interior do seu império, o que possibilitava um afastamento de Portugal do tecido geopolítico europeu, por ter, pretensamente, à semelhança do século XVI, outros centros de interesse que simultaneamente o definiam e, na verdade, o protegiam do sempre desconfortável confronto com a Europa.

Partilho, portanto, da ideia de Sousa Santos, de Portugal como «uma sociedade semiperiférica da região europeia do sistema mundial» (1993: 20), nas várias épocas e respectivos enquadramentos sociais, políticos e económicos analisados pelo sociólogo, sublinhando, no entanto, um dado que julgo importante em relação à vivência simbólica de Portugal como centro e que me parece particularmente relevante para todo o período de estabelecimento e desenvolvimento do império africano: é que só se imagina o centro quando se tem vivência de periferia. Não é decerto por acaso que Sousa Santos, mesmo hoje, em que não padecemos, em tão grande medida, das autoflagelações nacionais que caracterizaram o discurso cultural do século XIX, opta pela definição de Portugal como uma sociedade semiperiférica em detrimento da expressão «semicentral». Se a opção tem a sua base teórica nos vários estudos que o sociólogo aponta ao longo da sua argumentação, também é verdade que a expressão «imaginação do centro» ganha contornos semânticos e ideológicos mais nítidos quando contraposta a semiperiferia, ou seja, quando nos possibilita definir Portugal como uma semiperiferia que imagina o centro. O conceito de distância torna-se, portanto, fundamental nesta definição. Ele resulta hoje dos dados variados que o sociólogo utiliza para chegar a esta classificação, e já não da distância geográfica entre os vários espaços imperiais portugueses e a metrópole, que, ao longo de três ciclos imperiais, foi descentrando Portugal do seu centro inicial europeu, fragilizando-o como metrópole imperial junto do seu império e como potência imperial europeia, mas permitindo-lhe, de um ângulo ou de outro, imaginar-se centro. Se o século XIX abre com essa fragilidade reforçada pela independência da grande colónia da América, em meados do século ela revelar-se-á de forma mais expressiva em relação à Europa, sendo vivida pela Geração de 70 como a síndrome do Portugal doente e esvaziado e, portanto, não apenas como problemática, mas como catastrófica.

A insuperável distância da ideia e da ciência que faziam a actualidade da Europa do século XIX e as visões e análises das elites culturais que sobre ela se produziram perdurarão por várias gerações, não somente pela negação do desenvol-

vimento das ciências sociais que o Estado Novo travará até aos limites do possível, mas também pelo monólogo em que o mesmo regime transformou o debate político, social, ideológico ou religioso. Salazar, um homem que tinha horror ao diálogo e cujo dicionário privado parecia definir política como discussão ou mesmo polémica, e esta como desordem e caos, reduziu «a política a uma prática asséptica, empírica, à administração das coisas» (Lourenço, 1996: 50). Nos seus discursos, lidos para um público atento, silencioso e a silenciar, na verdade não se discutia nada – não se discutia «Deus e a virtude», «a Pátria e a sua História», «a autoridade e o seu prestígio», «a família e a sua moral», «a glória do trabalho e o seu dever» ou «os argumentos dos seus adversários». Apresentava-se antes o «conforto das grandes certezas», formuladas pelo ditador com carácter de lei, como anuncia no modelar discurso do décimo aniversário do movimento do 28 de Maio – «As Grandes Certezas da Revolução Nacional» – proferido em 26 de Maio de 1936³. Assim, o ditador, como analisou José Gil, promoveu «o desmoroamento originário de qualquer outra palavra» (1995: 25-26 e 51), promoveu o silêncio. Deixando qualquer forma de oposição sem interlocutor e excluída da prática política, esta situação conduziu, de acordo com as palavras de Eduardo Lourenço, em 1972, à produção de reflexões abstractas da realidade portuguesa e sem contacto com a realidade política, prolongando uma reflexão dicotómica sobre a sociedade portuguesa sem qualquer plataforma de diálogo entre si (1996: 46 e 48). Só pela via do discurso literário, nos anos 50, e da intervenção cívica, mais tarde, com o marcelismo – não tanto pela sua proclamada abertura, mas pelo complexo de situações sociais e políticas que compunham esses dias – esta situação começaria a modificar-se, pela afirmação de várias margens que iam conquistando o seu lugar público. Refiro-me à actividade da oposição portuguesa em geral, a publicações como o *Tempo e o Modo*, aos movimentos de estudantes, às dissidências políticas da Ala Liberal, aos movimentos de católicos progressistas, à afirmação, ainda que tímida mas corajosa, dos movimentos de mulheres e à realidade da Guerra Colonial que, como um «grande envenenamento» «cai sem se saber donde, sobre todas as coisas» (Jorge, 1988: 126). A guerra constitui, sem qualquer dúvida, o epicentro do abanão sentido nas pequenas e na grande «casa portuguesa», levando os seus elementos a iniciar a procura, ainda que tímida e hesitante, da «terceira margem do rio», como, aliás numa atitude quase quixotesca, já em 1949, Eduardo Lourenço tinha ensaiado, ao publicar *Heterodoxia I* num campo dominado pelos discursos mais ou menos hegemónicos do neo-realismo e do regime⁴. De que maneira é que estas «personagens» imaginam a nação imperial portuguesa e de que forma dão o salto trazido pelo 25 de Abril de 1974?

³ Cf. Salazar, 1959: II, 130.

⁴ Cf. As declarações do ensaísta sobre este período, em Lourenço, 1996: 45.

Pedindo licença ao sociólogo e à crítica literária, eu utilizaria e adaptaria a profícua expressão e o conceito nela contido – «a imaginação do centro» – rebaptizando-a, para minha conveniência, em «o império como imaginação do centro». Vou assim ao encontro daquilo que talvez possa ser a expressão antecessora de Sousa Santos, para a qual aliás o sociólogo aponta, ao falar de a posição semiperiférica de Portugal ser dada durante séculos pela sua dimensão imperial e de hoje se basear nas relações actuais com as suas antigas colónias africanas no contexto da Comunidade Europeia, espaço onde pode vislumbrar-se uma «reconstituição, em novos moldes, do papel colonial de intermediação ou de correia de transmissão: Portugal como mediador entre o centro e a periferia» (Santos, 1993: 51). Mas em «império como imaginação do centro», ainda que aplicado ao imaginário do império africano português, ecoa, inevitavelmente, toda a dimensão imperial da Índia e dos mares até lá navegados, de que este império é saudade e memória, o que lhe confere os contornos míticos de uns espessos cinco séculos de imaginário imperial, que importa visitar. Para além da base teórica sugerida a partir de Boaventura de Sousa Santos para pensar o império no imaginário português e do pensamento de Eduardo Lourenço relativo à identidade portuguesa tendo com epicentro de análise o registo literário, importa referir, no plano teórico, dois campos de pensamento, de referências multifacetadas, que serão fundamentais para a minha abordagem numa aplicação específica ao caso português.

Em primeiro lugar, a adaptação do conceito clássico de *translatio imperii*, ou seja, a ideia de que o centro do império, enquanto sinónimo de espaço de irradiação de poder e cultura, se vai transferindo, ou «trasladando», de um lugar para o outro⁵. Esta ideia manifesta-se no interior do caso português, em dois momentos cruciais, num sentido externo e interno: primeiro, e externamente, em relação à Europa, em que Portugal, depois de ter sido a sua «margem e vanguarda», e, portanto, «rosto» da Europa, a justo título, para os outros povos não europeus trazidos pelo movimento dos Descobrimentos, se converte em margem e retaguarda dessa Europa, sendo visto como um país que tinha falhado a modernidade e, nessa medida, em termos europeus modernos, tinha falhado a sua missão colonial, convertendo-se o império não numa continuidade e braço essencial da expansão económica, financeira, social e política da metrópole, mas antes no seu reduto essencial de sobrevivência em termos reais e simbólicos. É nesta linha que, na Europa imperialista do século XIX, Portugal exalta o valor pioneiro, histórico, religioso e até «descomprometido» da sua obra de expansão e colonização, reafirmando a sua diferença em relação aos outros europeus não como um aspecto negativo, mas antes como um valor. Internamente, a aplicabilidade da noção clássica de *translatio imperii* torna-se um conceito adaptável e interessantíssimo na análise das obras literárias escritas

⁵ Sobre este conceito ver Curtius, 1979; Garin, 1989; Otis H. Green, 1969; Abellan, 1979-1984.

do Império que vão dando conta desse movimento pela descoberta de um Portugal esvaziado, cuja «cabeça» se vai trasladando ou descentralizando para as margens imperiais. Esta ideia é particularmente relevante em relação ao Brasil, onde, a partir da derrota de Alcácer Quibir até à efectiva transferência da corte de D. João VI para o Rio de Janeiro na sequência das invasões francesas, se vai construindo e alimentando o sonho (e a realidade) de que naquele «reino», como será chamado na Constituição, se situava o futuro de Portugal. Nesta medida, a transferência do centro imperial de Lisboa para o Rio de Janeiro, a vários títulos excepcional na história imperial moderna, é um exemplo *sui generis* da noção clássica de *translatio imperii*, que se prolongará, já no século XX, e de forma diferente, porque não institucional, em relação aos territórios do império africano, particularmente a Angola, onde, após o início da Guerra Colonial nos anos 60, e nas palavras do escritor Manuel Alegre, «o destino está em marcha», em contraste com uma metrópole parada e suspensa no tempo.

O segundo quadro teórico de análise que utilizo localiza-se no que genericamente tem vindo a ser designado como teoria ou estudos pós-coloniais. Como afirma Robert Young, se a história colonial, particularmente do século XIX, foi a história da apropriação do mundo pelas potências europeias e pelos Estados Unidos – que, apesar de terem sido uma antiga colónia, rapidamente se converteram em potência colonial (Ashcroft, Griffiths and Tiffin, 1989; Young 2001: 3) –, a história do século XX testemunhou a revolução dos povos do mundo no sentido da reconquista do controlo da sua própria história e do seu próprio espaço. Os estudos pós-coloniais são em si mesmos o produto dialéctico destes complexos movimentos (Young, 2001: 4), tendo a sua origem nos movimentos anticoloniais, fortemente marcados por um nacionalismo que conjuga, de forma complexa, a marca diaspórica dos seus líderes de formação cosmopolita e as tradições indígenas, e pelo objectivo da libertação política que conduziu ao movimento reestruturante do mundo contemporâneo que foi a descolonização. Mas, como é sabido, a libertação política não trouxe a libertação económica, condicionando portanto a efectiva libertação política. Desde logo se instalaram sistemas de neocolonialismo – «the last stage of imperialism», como lhe chamou o líder ganês Kwame Nkrumah, no seu conhecido livro. Neste ensaio, o autor defende que o neocolonialismo é a pior forma de imperialismo: para aqueles que o praticam ele significa poder sem responsabilidade e para aqueles que dele são vítimas significa exploração sem reparação (Nkrumah, 1965: XI). Deste modo, ou seja, modificando a aparência mas não a essência, foram-se prolongando situações de imperialismo, em que o colonialista «white man's burden» se foi transformando e disfarçando sob a capa imperialista no suspeito «rich man's burden»⁶. Podemos assim dizer que o colonialismo, enquanto

⁶ Sobre o assunto ver Mallaby, 2002: 3-4.

prática e sistema de estabelecimento de relação de poder político, terá terminado, mas o imperialismo, como conceito de domínio económico e, inerentemente, social e político de uma região, sobreviveu sob novas formas. Daí a opção de designação do campo de estudos em foco, e do tempo que se seguiu ao movimento de descolonização, como pós-colonial e não como pós-imperial.

Assim, e na linha do anticolonialismo, o pós-colonialismo surge de um sentimento de necessidade de elaborar uma visão crítica de entendimento da história colonial, dando voz àqueles que a sofreram ou, por outras palavras, registando, problematizando e desconstruindo a memória da história colonial escrita pelo colonizador, ao confrontá-la com outras memórias desta história aparentemente comuns. Mas os estudos pós-coloniais têm também a sua origem no descontentamento de elites intelectuais diaspóricas com o andamento político dos seus países de origem, tantas vezes dominados por elites corruptas que não trouxeram de facto aos seus países a dinâmica social, política e económica imaginada com a libertação. Por isso, o pós-colonialismo envolve uma análise crítica da história do colonialismo e do próprio anticolonialismo, investigando os seus efeitos na contemporaneidade no Ocidente e nos três continentes que a ele estiveram subjugados – América do Sul, Ásia e África. Neste sentido, pela sua forma e âmbito de abordagem, é um campo de estudos que procura descentralizar, globalizando. No entanto, a sua apresentação teórica não é uniforme, mas necessariamente híbrida e expressamente fragmentária no sentido em que não se procura uma explicação global, e globalizante, mas antes uma análise da variedade dialéctica de factores em jogo, recusando formas ou interpretações totalizantes. Neste sentido, não podemos dizer que se trata de uma teoria no sentido clássico do termo, mas antes de uma série de conceitos operativos que funcionam como instrumentos de trabalho para pensar os vários fenómenos e movimentos a que o colonialismo deu origem e que o pós-colonialismo interpreta valorizando. Conceitos e movimentos como diáspora, miscigenação, hibridez, fragmentação das nações e dos povos, emigração transnacional, internacionalismo, identidades individuais e colectivas, tanto nas antigas terras colonizadas como nas antigas metrópoles, são objecto de reinterpretação à luz de um processo de análise que procura enquadrá-los como resultado de um dinâmico processo de interacções culturais conflituosas em tempos coloniais, um processo hoje em dia, promovido pela circulação dos seus agentes culturais.

A palavra «pós-colonialismo» surgiu na reflexão social, histórica e política do mundo anglo-saxónico e tem vindo desde então a ser objecto de interessantes discussões teóricas (Ashcroft, Griffiths and Tiffin, 1989, 1998; Appiah, 1992; Shohat, 1992; Slemon, 1994; McClintock, 1994; Young, 1995, 2001; Loomba, 1998) enunciadas a partir de diversas geografias sociais, territoriais e políticas. Criaram-se assim diversas linhas e pontos de vista sobre os fenómenos em causa, o que foi conferindo a este campo de pensamento uma heterogeneidade que por sua vez reflecte não só a diversidade de argumentos envolvidos e dos seus próprios autores,

mas também a heterogeneidade conjugada entre os sistemas que lhe estão na base: em primeiro lugar, toda a histórica resistência ao domínio colonial e em particular a reflexão anticolonial de base essencialmente francesa e, por outro lado, o modelo anglo-saxónico imperial, de onde emerge a maioria dos exemplos citados pelos estudos pós-coloniais, e que foi genericamente tomado como o modelo imperial dos séculos XIX e XX (Young, 2001: 18) que, como sabemos, operava de forma diferente do modelo francês. Se o imperialismo francês, como aliás o português, se orientava para a homogeneização dos territórios e populações, com as suas teorias de assimilação tendentes a tornar o «outro» num «eu», anulando-o, desfigurando-o, desidentificando-o ou tornando-o mesmo numa versão de segunda do «eu», o imperialismo britânico operava sob o princípio da heterogeneidade, ou seja, o de catalogar o «outro» como «outro». No entanto, para aqueles que viveram sob regime colonial, esta distinção é mais ou menos académica, na medida em que o sistema de exploração que os estruturava os unificava na visualização do colonizado como um ser de raça inferior, sobre a qual se erguia a legitimidade do domínio. Enquanto prática, baseada numa relação de poder desigual que está na base do capitalismo moderno, o colonialismo era, portanto, essencialmente o mesmo. O que de facto marcava a diferença era a forma como a política globalizante que estruturava esta relação se definia enquanto conceito, permitindo falar de imperialismo e não de colonialismo. Edward Said, nos seus estudos pioneiros, que constituem uma espécie de garretiano *pronunciamento* no mundo pós-colonial, torna essa distinção clara, ao mesmo tempo que também distingue os vários tipos de sistemas coloniais e imperiais. Assim, e seguindo a abordagem de reflexão essencialmente política e cultural que veio a caracterizar este campo de estudos, o autor previne que não irá abordar o estudo de vários impérios, entre os quais o espanhol e o português, justificando a atitude pela especificidade e distinção destes impérios relativamente aos impérios britânico e francês, que constituem o seu objecto de estudo (Said, 1993: XXV). Esta especificidade imperial portuguesa, apontada por Edward Said, tem as suas raízes no facto de Portugal se ter desenvolvido como potência imperial numa primeira modernidade europeia de modelo ibérico. Ela tem vindo a ser caracterizada por vários especialistas, ora na senda das teorias lusotropicalistas de Gilberto Freyre e do seu aproveitamento pelo Estado Novo, ora na senda da historiografia de Charles Boxer. Recentemente, Boaventura de Sousa Santos problematiza-a nas suas reflexões sobre Portugal como um país semiperiférico do sistema mundial, mostrando-nos como esta especificidade, caracterizada por um «colonialismo semiperiférico» ou «colonialismo subalterno» nas palavras do sociólogo (Santos, 2001: 24), determina que não tenhamos tido a capacidade de praticar o neocolonialismo que nos aproximaria das antigas potências coloniais europeias, o que, no caso do Brasil, se manifestou no pânico de sobrevivência da nação que abalou todo o século XIX e, no caso africano, se sublimou pela quase simultânea entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Estas condições específicas de um colonialismo sobrevi-

vente, como foi o português, geradoras de sistemas intermédios de identidade ou de «interidentidades», como especifica Boaventura de Sousa Santos, determinaram também que hoje vivamos um tempo pós-colonial diferente⁷. Daí que a aplicabilidade de alguns conceitos operativos deste manancial teórico que são os estudos pós-coloniais tenha sido por mim adaptado ao caso português, como se verá ao longo deste livro.

A minha reflexão inicia-se, num primeiro capítulo, com uma análise sobre as imagens de centro e as imagens de periferia produzidas por Portugal, desenvolvendo-se em dois pontos-chave: Portugal, a Europa e o Centro; Portugal, o Império e o Centro. No segundo capítulo, intitulado «O Império como imaginação do centro – identidade, imagem e império africano no imaginário político-literário do final do século XIX e do século XX», vou pensar este conceito, desde o Portugal esvaziado entre o Brasil e a África, até às novas rotas da imaginação do centro traçadas pelo isolamento estado-novista, que conduziu Portugal à Guerra Colonial. No Capítulo III irei analisar aquilo a que chamei o longo epitáfio que a literatura foi escrevendo a este império mais imaginário que real, verificando, sobretudo a partir do início da Guerra Colonial, em 1961, a permanência da ideia de Portugal como nação imperial, mas também novas modalizações ou rupturas com essa ideia. O Capítulo IV destina-se à leitura de um *corpus* seleccionado da literatura da Guerra Colonial publicada depois de 25 de Abril de 1974. Nesta literatura, situada entre o fim do império e as renegociações da imagem de Portugal sem império e a caminho da Europa Comunitária, apresenta-se, a meu ver, a crise do espaço português contemporâneo. Questionando-a, tentarei ver de que forma é que esse Portugal-centro-periferia é desfeito, mantido ou reimaginado. Este trabalho encerra-se com um capítulo dedicado às conclusões.

⁷ Santos, 2001: 23-85, particularmente, 26-30 e 45.